



GT – 02: Análise socioespacial urbana com sistema de informações geográficas

TERRITORIALIDADES DAS VIDAS VIVIDAS AO LÉU

A População em situação de rua do Recife

Otávio Augusto Alves dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco
otavio.augusto@ufrpe.br

RESUMO: Este artigo se propõe a refletir sobre as territorialidades das pessoas em situação de rua na cidade do Recife, tomando como ponto de partida e principal fonte de informações os dados do projeto Censo Pop Rua Recife, pesquisa censitária e social realizada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife. Toma-se como abordagem a perspectiva das “territorialidades descontínuas”, buscando revelar o comportamento territorial desse grupo social excluído no contexto de uma cidade desigual. Conclui-se que os fatores que concorrem para o processo de territorialização da população de rua são: fuga das violências institucionais; proximidade dos equipamentos da assistência social e da saúde; dinâmica espaço-temporal das ações de caridade; e proximidade do comércio e dos fluxos socioespaciais urbanos.

Palavras-chave: População em situação de rua; Territorialidades descontínuas; Recife

1. INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 foi mais um momento da história recente marcado pelo empobrecimento geral da população e, em especial, das classes sociais mais pobres, cuja vida sempre esteve atravessada por privações e violações de direitos. As pessoas não domiciliadas, que diante de perdas econômicas ou da fragilização de seus laços sociofamiliares tiveram de recorrer às ruas para sobreviver são aquelas que mais tem sofrido privações, uma vez que a realidade socioeconômica pós-pandêmica ainda não foi capaz de reaver as perdas, e sequer alçar

essas pessoas a uma melhor condição de vida, com mais dignidade. As desigualdades persistentes têm influenciado especialmente no número e nas condições de vida dessas pessoas na cidade, cujas dimensões, características sociodemográficas e dinâmicas espaciais seguem parcialmente desconhecidas.

Antes do início do período pandêmico, em março de 2020, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados do Sistema Único da Assistência Social (Censo Suas), estimava o contingente de 221.869 pessoas em situação de rua no Brasil. Isso já representava um aumento de 140% em relação ao levantamento de 2012, que contabilizou 101.854 pessoas. Em apenas 2 anos, a pandemia e todos os impactos sociais e econômicos relacionados ocasionou um aumento adicional de 38%. As estimativas de 2022 apontavam que havia cerca de 281.472 pessoas nas ruas das cidades brasileiras (NATALINO, 2023).

Está claro que a presença de pessoas pobres vagando nas ruas, praças, marquises e viadutos não corresponde a um fenômeno hodierno, resultado da crise econômica e social imposta pela pandemia da COVID-19, mas uma realidade antiga, persistente nas paisagens urbanas periféricas, e cujos fatores de seu surgimento remontam processos econômicos, políticos e socioespaciais mais ou menos convergentes. Um primeiro e importante fator é o do trabalho, uma vez que a inexistência de oportunidades de trabalho digno e com direitos é uma realidade nas cidades periféricas e, em especial, no Brasil. O desmonte das leis e garantias trabalhistas que acometeu todo o mundo depois da irrupção da agenda neoliberal, mas que atingiu sobremaneira as economias periféricas e dependentes, levou a constituição de uma massa de trabalhadores desempregados, ou sem trabalho e renda fixos, tendo de recorrer ao teletrabalho ou aos serviços de transporte e entrega plataformizados. Muitos passam a vida inteira revezando entre o completo desemprego e uma série de vínculos precários e intermitentes, sem qualquer direito.

À essa questão do trabalho se soma a própria redefinição do papel do Estado nas décadas de 1980 e 90. A adesão quase entusiástica à agenda neoliberal reduziu o Estado à agente pro-mercado, ao mesmo tempo em que o fez abandonar a função de provedor dos serviços públicos mais essenciais. Em economias periféricas, como a brasileira, o corroído e sempre incipiente investimento público na promoção da cidadania via políticas sociais acentuou as desigualdades urbanas, levando a formação de bolsões de pobreza nas periferias das cidades e em suas regiões centrais abandonadas. Ao mesmo tempo, e a despeito de toda desigualdade, um mercado imobiliário pujante se expandiu durante o século XX, monopolizando as ofertas habitacionais.

O acesso à terra urbana e à moradia hoje é atravessado por condições estabelecidas pelas leis do mercado, que quase nunca levam em conta as exíguas capacidades econômicas dos mais pobres.

Por fim, como consequência do aumento da pobreza urbana e das desigualdades socioespaciais, tem-se fragilização dos laços sociofamiliares e comunitários, muitas vezes decorrentes de problemas sociais transversais e de compreensão necessariamente interseccional. Referimo-nos à misoginia, a LGBTfobia, ao racismo e a todas as outras formas de opressão, geralmente acentuados nos períodos de crise econômica, que impactam negativamente nos arranjos familiares e comunitários mais próximos, podendo levar alguns indivíduos a desvinculações e ao isolamento.

Em outras palavras, a ida às ruas não está relacionada apenas às consequências da pandemia, mas a um conjunto de fatores estruturais e socioespaciais que influem negativamente na primeira proteção de cada indivíduo, levando-os a uma série de desvinculações. Assim, as pessoas em situação de rua correspondem a corpos excluídos, invisibilizados, porque sem perspectivas de cidadania e sequer de reconhecimento. Mas se trata de corpos que ainda são capazes de práticas territoriais, uma vez que disputam os espaços da cidade, a despeito de toda violência. As vidas vividas ao léu também possuem suas territorialidades, e conhecê-las constitui um passo importante à promoção de sua cidadania.

Esse artigo se propõe a refletir sobre as territorialidades das pessoas em situação de rua nas cidades brasileiras, tomando como ponto de partida e principal fonte de informações a pesquisa censitária realizada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) em parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), o projeto Censo Pop Rua Recife. No primeiro item, apresentamos a referida experiência de pesquisa, com a qual foi possível conhecer o número e as características sociais e territoriais da população em situação de rua na cidade. Em seguida, apresentamos alguns achados do Censo Pop Rua Recife, buscando caracterizar a realidade social e os variados contextos de exclusão pelos quais passam essa população. Por fim, desenvolvemos reflexão sobre a territorialidade da população em situação de rua, apontando os fatores que os levam a se apropriar de alguns espaços da cidade, ainda que descontinuamente.

2. CENSO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE

Os dados apresentados na introdução sobre o contingente de pessoas em situação de rua no Brasil são impressionantes, embora sejam extremamente subestimados. Primeiro porque se referem a menos da metade dos municípios brasileiros (apenas 35%) e, depois, porque não levam em consideração o grande contingente de pessoas que estão fora do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Uma das características da população em situação de rua é precisamente a falta de documentos pessoais e de cobertura no que diz respeito ao acesso a serviços e benefícios socioassistenciais. Em outras palavras, as poucas estimativas que hoje podemos contar para dimensionar essa população provavelmente estão distantes da realidade, levando-nos à conclusão de que se trata grupo cujo delineamento sociológico e geográfico requer nossa atenção.

No esforço de atenuar a invisibilidade da população em situação de rua nas cidades brasileiras, pesquisadores, movimentos sociais e entidades da sociedade civil têm pressionados os poderes municipais a desenvolver experiências de recenseamento locais, muitas vezes partindo de pesquisas exploratórias, com o uso de metodologias experimentais, aproveitando-se da experiência e atuação dos trabalhadores da assistência social. Em outras ocasiões, são contratadas empresas especializadas em pesquisa social ou construídas parcerias com Universidades e instituições públicas de pesquisa. Mas, em todos os casos, o resultado tem sido a produção de informações essenciais à compreensão do problema, podendo ter maior ou menor grau de participação social, mas sempre importantes.

Segundo Bourdieu (1989, 2014), o Estado é uma organização que se pretende homogeneizadora, ou oficial, sendo então necessário a ação de um poder simbólico dominante, uma crença organizada, que define a reprodução das vivências. Apesar disso, não se trata de um bloco homogêneo, pois dentro dele há fraturas e segmentos de profissionais que desenvolvem ações muitas vezes contraditórias. Neste sentido Bourdieu (1998) afirmava que o Estado possui uma mão direita e outra esquerda, sendo esta última responsável pela associação do interesse público com a lógica do cuidado e da proteção sociais. É assim que vemos a atuação de algumas secretarias e órgãos municipais do Recife, que vem conquistando importantes avanços institucionais e desempenhando um trabalho essencial na promoção de direitos para pessoas em situação de rua, em que pese o modelo de gestão neoliberal ainda hegemônico.

Assim é que interpretamos os investimentos recentes nos equipamentos e serviços socioassistenciais e a constituição de parcerias com a UFRPE para realização de pesquisas e formação de trabalhadores ligados às diferentes políticas sociais. O projeto Censo Pop Rua

Recife é um exemplo eloquente de uma atuação no sentido de fortalecer a mão esquerda do Estado, pois atende a uma necessidade de produção de informações e busca dar visibilidade a grupos extremamente carentes de cuidado. Além disso, o referido projeto reafirma o papel da Universidade como instituição voltada à transformação social, especialmente quando busca dar solução aos problemas percebidos e vividos pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade.

Foi com o objetivo de superar a supramencionada invisibilidade da população em situação e rua que a UFRPE, através de parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife, realizou o Censo Pop Rua Recife, em 2022. Essa pesquisa censitária foi marcada pela participação de sujeitos e instituições que atuam com este grupo social (especialmente, o Movimento Nacional da População de Rua - MNPR), objetivando a construção solidária de informações e uma quebra em relação aos meios mais tradicionais de se fazer ciência e produzir dados sociais. Assim, a metodologia empregada foi construída a partir de experimentações, observando-se a experiência precedente no Recife e em outras capitais, mas também buscando escutar os anseios e desejos dos movimentos sociais e dos trabalhadores municipais da assistência social.

No estudo das experiências precedentes, percebeu-se que o desenho metodológico tem sido muito semelhante. As primeiras cidades a realizarem suas estimativas foram São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte, ainda na década de 1990. A primeira experiência do Recife aconteceu em 2005, e foi coordenada pela antiga autarquia municipal de assistência social, chamada Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), contando com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR). Tanto em Belo Horizonte, como em Recife, o recenseamento foi feito em poucos dias (5 dias de janeiro/1998 e 7 dias de novembro/2005, respectivamente), no período noturno, percorrendo-se os territórios da população em situação de rua na cidade.

No primeiro censo do Recife, o trabalho de contagem foi feito a partir de informações obtidas junto aos trabalhadores da assistência social e de pesquisas anteriores, com o qual foi possível cartografar os chamados “pontos de concentração” das pessoas em situação de rua na cidade. No caso de Belo Horizonte, o estabelecimento desses pontos foi feito por uma equipe de recenseadores contratados. Depois disso, nas duas experiências, foram estabelecidos os trajetos de campo através dos quais os pesquisadores percorreram para realização da contagem. Como dito, as duas pesquisas ocorreram no período noturno, pois é nesse momento que as territorialidades da população de rua ficam mais evidentes, já que é quando eles se recolhem nas ruas, calçadas, praças e viadutos para descansar, dormir ou usar drogas.

As experiências de Belo Horizonte e do Recife foram apoiadas pelo então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na perspectiva de se criar algumas diretrizes para a pesquisa nacional, que ocorreu entre 2007 e 2008. Nessa experiência, repetiu-se a metodologia utilizada nas duas cidades, do qual se buscou estabelecer os pontos de concentração da população de rua e posteriormente estabelecer trajetos para o trabalho de contagem pelas equipes de recenseadores. Nesse caso, a pesquisa ocorreu em uma quantidade muito pequena de municípios, mas foi capaz de oferecer um breve panorama do quantitativo e do perfil social da população em situação de rua em diversas cidades brasileiras.

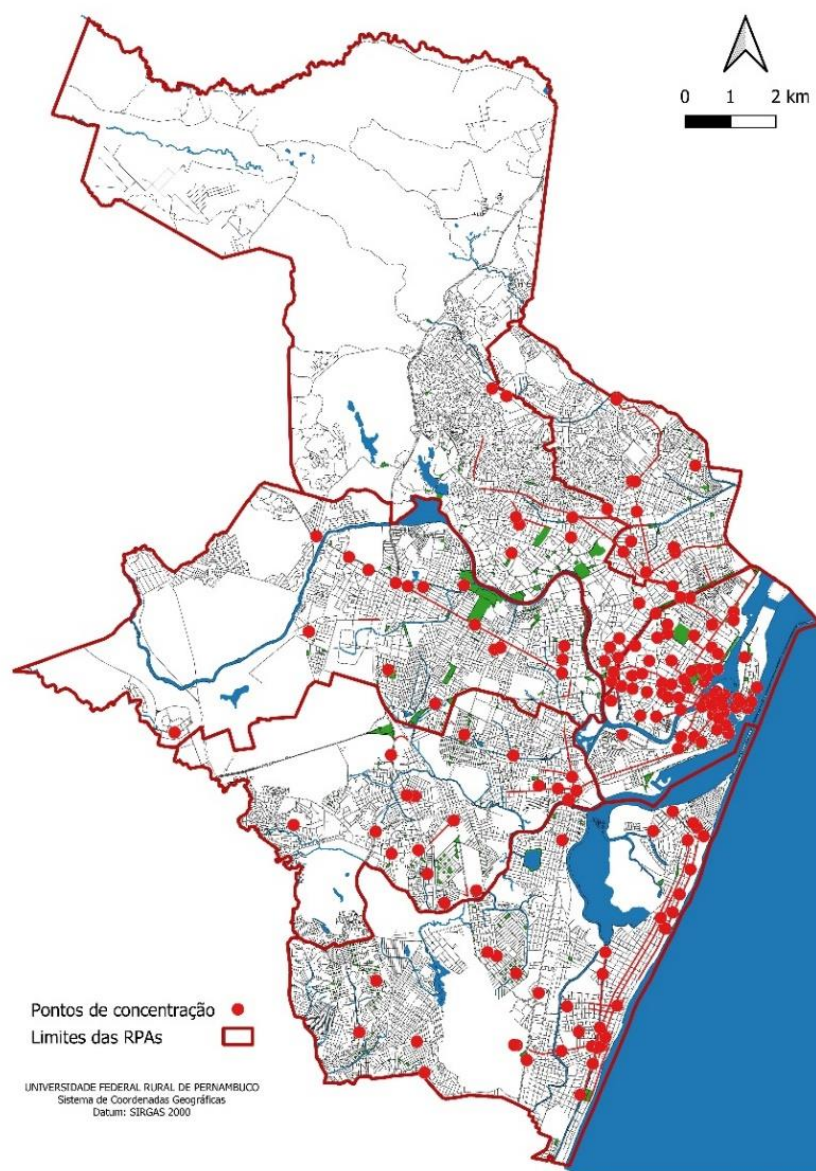
Os censos municipalizados mais recentes, feitos em capitais como São Paulo (2019, 2021), Rio de Janeiro (2020) e Fortaleza (2021), vêm sendo desenvolvidos a partir da contratação de uma consultoria em pesquisa. Por se tratar, em todos os casos recentes, da mesma empresa, já há uma proposta metodológica bem definida para a realização dos levantamentos. No entanto, em todas essas experiências, há uma série de questionamentos sobre os dados obtidos, na maior parte das vezes surgidos da não consideração, por parte dos pesquisadores, de características e dinâmicas locais incidentes na distribuição e circulação da população de rua nestas cidades, ou da própria ausência de diálogo com trabalhadores/as que atuam na ponta.

No caso do projeto Censo Pop Rua Recife, a validação social foi uma máxima desde a concepção da metodologia, passando pela execução da pesquisa e indo até a análise. A pesquisa foi de fato participativa, e baseou-se na escuta de trabalhadores e movimentos sociais. A equipe de pesquisadores também buscou fazer com que a coleta de dados fosse breve e objetiva, de modo a não interferir negativamente na dinâmica de vida das pessoas em situação de rua. Por isso o projeto foi subdividido em duas grandes etapas: uma primeira, em que se buscou construir uma cartografia social dos “pontos de concentração” da população de rua na cidade, sendo seguida pelo planejamento do trabalho de campo e sua efetiva execução (proposição dos trajetos de campo, construção dos instrumentos de contagem e o recenseamento); na segunda grande etapa foi desenvolvida uma pesquisa amostral, cujo escopo foi o de revelar o perfil sociodemográfico dessa população na cidade.

Os chamados “pontos de concentração” são, na verdade, os territórios descontínuos da população de rua, e foi mapeado a partir de informações constantes nos cadastros de atendimento dos trabalhadores do Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e do Consultório nas Ruas. Essas informações foram compatibilizadas a partir de Sistema de Informações Geográficas, com uso do software livre QGIS, versão 3.26.2, e levadas à validação

pública em diferentes momentos (Figura 1). A partir delas, e do conhecimento sobre a dinâmica social desses territórios, foram estabelecidos os trajetos do trabalho de campo, através do qual a equipe de recenseadores/as percorreram a cidade no processo de contagem (Figura 2). Na ocasião dessa contagem foram aplicados os formulários construídos coletivamente entre a equipe de pesquisadores, o MNPR, SEAS e Consultório nas Ruas.

Figura 01: Pontos de concentração previamente mapeados



Elaboração: o autor, 2022

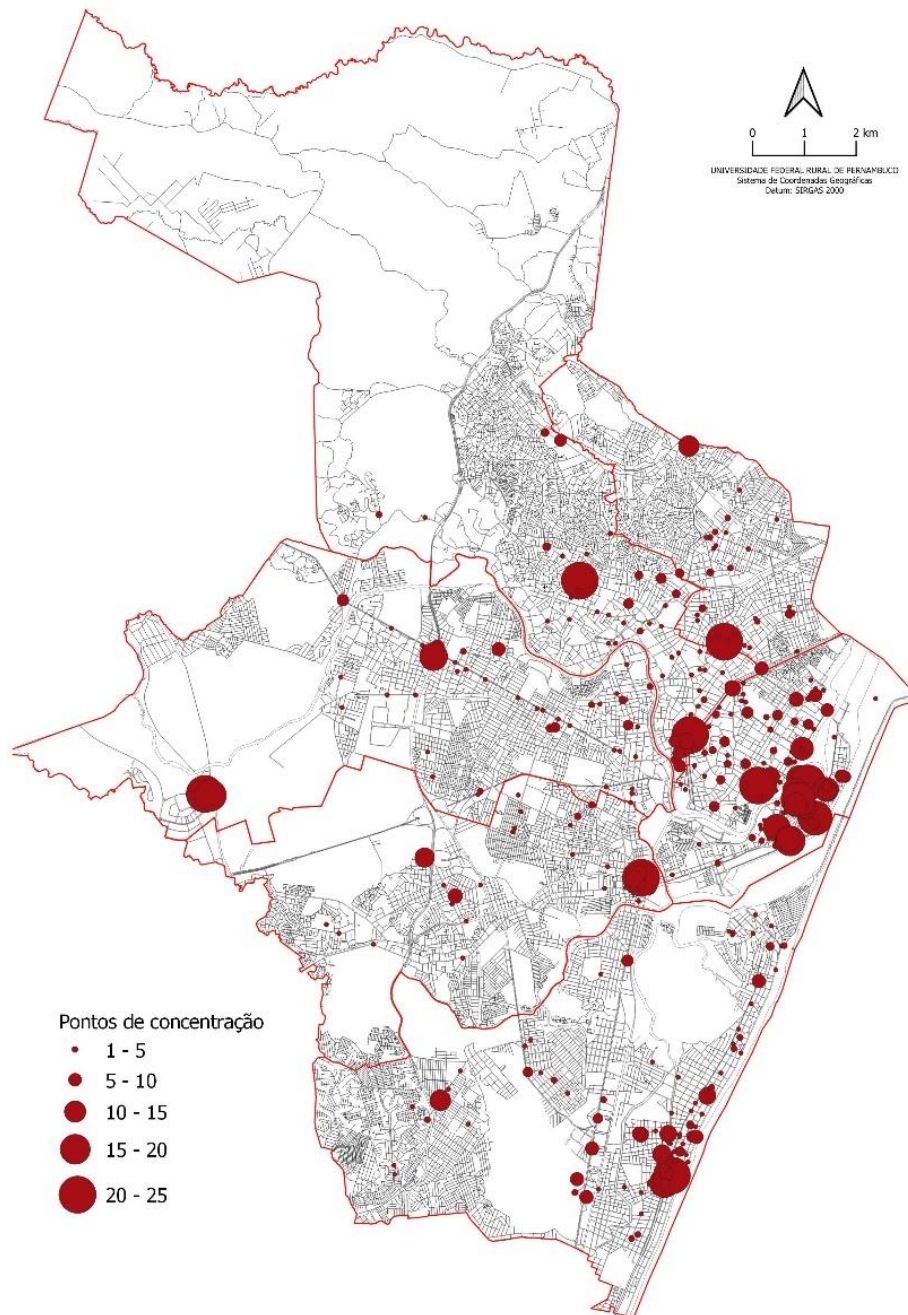
Figura 02: Equipe de recenseadores na saída do trabalho de campo



Fotografia: Instituto Menino Miguel, 2022

O processo de contagem revelou que havia nas ruas do Recife cerca de 1.806 pessoas, das quais 1.442 estavam efetivamente nas ruas e somente 363 estavam acolhidas em algum equipamento da assistência social (Figura 3). A segunda grande etapa iniciou depois de conhecida essa população total, mediante estabelecimento de uma amostra de 490 pessoas, para quem seriam aplicados os formulários de pesquisa sociodemográfica. Foi utilizado o modelo de amostragem aleatória simples, com grau de confiança de 90%, e erro amostral de 3% para mais ou para menos. A amostra ainda foi estratificada proporcionalmente em relação a distribuição espacial na cidade, o sexo e a idade dos recenseados.

Figura 3: Concentração da população em situação de rua na cidade



Elaboração: o autor, 2022

O formulário da pesquisa amostral foi aplicado nas ruas e nas unidades de acolhimento. Em seguida, os dados foram digitalizados e organizados para construção das estatísticas que hoje constam em um de seus principais produtos, o Relatório Final (Miranda et al, 2023).

3. O QUE REVELAM OS DADOS DO CENSO?

Em sua etapa censitária, o projeto Censo Pop Rua Recife demonstrou que 76% dos recenseados eram do sexo masculino, 75% eram homens cis e 80% desse contingente eram homens negros e pardos. Se tivéssemos de descrever um único perfil que tentasse dar conta sobre quem são as pessoas em situação de rua do Recife, diríamos que são corpos negros, maior parte deles masculinos. Essa maior presença de homens negros é, ao mesmo tempo, um indicativo de nosso racismo estrutural, mas também do machismo e do patriarcado, pois, na maioria dos casos, trata-se de homens que abandonaram seus lares, deixando o trabalho de cuidado dos filhos e demais familiares sob a responsabilidade de suas parceiras. Neste sentido, acreditamos que todo homem negro na rua evidencia não só o (não-)lugar dos negros em nossa sociedade racista, mas também a dupla opressão sofrida por suas parceiras, mulheres negras, cis ou trans.

Os dados da etapa amostral do projeto Censo Pop Rua Recife têm revelado o que as experiências censitárias anteriores já demonstravam, e o que os trabalhadores e gestores da assistência social já suspeitavam: a realidade das ruas é profundamente marcada por baixos níveis de escolarização; desemprego e desocupação persistentes; contextos variados de desvinculações comunitária e familiar; uso abusivo e prejudicial de drogas; e muita dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde e cidadania etc. Vejamos adiante alguns achados.

- a) **Educação:** Aproximadamente 80% da população em situação de rua do Recife sabe ler e escrever, e 92% dessa população frequentou em algum momento a escola. Essas informações apontam para o fato de que houve acesso à educação formal, mas que este acesso foi interrompido ao longo da trajetória de vida, muito provavelmente por pressões sociais, ou por violência institucional.
- b) **Trabalho:** Quase 50% das pessoas em situação de rua afirmaram exercer alguma atividade laboral, algumas delas com registro em carteira profissional. Portanto, é um mito útil as considerações sobre vadiagem e preguiça por parte desta população. Os dados ainda informam que 37% já teve trabalho com registro em carteira há menos de 6 meses, o que provavelmente aponta para um número significativo de pessoas com vivência recente na situação de rua. Por outro lado, estando nas ruas, o trabalho vai sendo exercido cada vez mais em atividades caracterizadas pela informalidade. Em

relação aos ganhos, as quantidades pequenas e a instabilidade acarretam grandes dificuldades ao atendimento de necessidades imediatas.

- c) **Fragilização dos laços familiares e comunitários:** Muitos alegaram que os “conflitos familiares”, assumindo aqui como fator genérico que envolve os problemas de relacionamento no âmbito familiar originário, são os principais motivos para a ida às ruas. Esses conflitos são frequentemente reforçados por problemas econômicos, que levam os indivíduos a uma série de desvinculações.
- d) **Uso abusivo e prejudicial de drogas:** É um mito útil a ideia de relacionar direta e proporcionalmente o uso de drogas e a ida às ruas. Essa crença, fundamentada e constantemente atualizada nos estigmas sociais, também sugere que o uso abusivo funciona como porta de entrada para o consumo de substâncias cada vez mais prejudiciais (como o crack). Na verdade, em muitos casos, o recurso às substâncias psicoativas figura como estratégia de sobrevivência, pois ajuda a vencer o frio e a fome, ou mesmo a manter a vigília durante a noite. Porém é verdade que uso ampliado sempre está associado aos episódios de “desorganização”, ocasiões em que geralmente ocorre o aprofundamento de conflitos, acentuando a culpa e o sofrimento emocional.
- e) **Acesso aos serviços de saúde:** As Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e os hospitais foram apontados como principais portas de entrada ao Sistema Único de Saúde (SUS) pela população de rua. Em linhas gerais, isso significa que essas pessoas apenas tem acesso ao sistema no atendimento emergencial, quando já estão com sintomas avançados. Ademais, cerca de 86% por cento das pessoas entrevistadas afirmaram não ter contraído a COVID-19, o que provavelmente esteja associado ao fato de que tivemos ingestão da crise sanitária, com efeitos sobre os baixos números de testagem.
- f) **Cidadania:** Depois de um tempo em situação de rua, torna-se cada vez mais complexo reverter a situação, uma vez que aproximadamente 55% dos entrevistados não saíram das ruas desde que passaram a viver nelas. O retorno à família ou domicílio sem ampliação das capacidades de responder as demandas cotidianas geralmente é temporário. Um fato que contribui para isso é o desemprego persistente, além de falta de alguns dos documentos pessoais, o que impede o recebimento de qualquer benefício socioassistencial.

Dentre tantos dados resultantes do projeto Censo Pop Rua Recife, e que ainda estão sendo objeto de análises, alguns chamam a atenção: os baixos índices de escolaridade e de

profissionalização, que não permitem uma melhor inserção no mundo do trabalho; as incipientes e sempre muito precárias oportunidades laborais no âmbito das quais essa população constrói seu sustento; e, amarrando todas elas, o não-lugar e a mobilidade forçada dessas pessoas na cidade, que os obrigam a territorializar descontinuamente as calçadas, praças e marquises como espaço para reprodução de suas vidas. A inexistência de perspectivas educacionais, de trabalho, de moradia e acesso à cidade são constituintes da exclusão que marca a vida vivida nas ruas. Assim, acredita-se que a superação dessa situação no Recife requer o enfrentamento desses problemas de forma articulada e no longo prazo.

4. A VIDA VIVIDA AO LÉU E SUAS TERRITORIALIZADADES DESCONTÍNUAS

As vidas vividas nas ruas são determinadas por muitas barreiras de acesso às políticas públicas e aos direitos mais essenciais, algumas das quais capazes de criar verdadeiras exclusões. Isso é particularmente evidente quando a situação de rua vai se tornando crônica, fazendo da privação uma condição normal. A permanência nas ruas esvai as possibilidades de vivências essenciais a uma humanização da cidade, além de evidenciar a persistência das desigualdades que ainda hoje estruturam a sociedade brasileira.

Incorporado e naturalizado como objeto nas paisagens urbanas, as pessoas em situação de rua ainda hoje são tratadas a partir de uma visão notadamente conservadora, fundada no passado escravocrata, tendo em vista o recurso a discursos simplificadores de cunho racistas e aporofóbicos. Trata-se de visão que nasceu no século XIX, do receio que tinham as elites urbanas frente aos negros fugidios e supostamente ociosos (ao léu), mas também do medo que essas classes demonstravam em relação as maltas de capoeiras, que promoviam desordens e pequenas contravenções na cidade. O Código Penal de 1890 (Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890) proibiu as capoeiras e realizou uma perseguição racista às manifestações da cultura e da religiosidade afro-brasileiras. Depois, já no século XX, a Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei 3.688 de 1941) proibiu a chamada “vagabundagem”, e a ociosidade nos espaços urbanos. É o imaginário social alicerçado nesse período que ainda hoje fundamenta o tratamento militarizado e higienista da questão, o que, no nosso entender, em vez de atenuar o problema, apenas o intensifica.

Nas cidades brasileiras, onde a informalidade e a transgressão, em vez de ocasionais e transitórias, constituem a normalidade, os imperativos da mobilidade e acessibilidades urbanas

são ainda mais fortes. Contudo, as ações do poder público em torno da mobilidade, da acessibilidade, da limpeza e do controle urbanos são usados, em certas ocasiões, como soluções simplistas para o problema da população em situação de rua, o que geralmente envolve a remoção dessas pessoas dos logradouros públicos pela ação discricionária da zeladoria urbana e da guarda municipal.

As ações higienistas do poder público contribuem com o processo de territorialização dessas pessoas em certas localidades na cidade, sendo, talvez, um dos principais fatores, junto com o próprio cotidiano hostil. Durante a realização do Censo Pop Rua Recife, percebemos que a escolha de certas localidades para o descanso ou para o uso de drogas tinha como critério a possibilidade de permanecer sob uma distância relativa das ações discricionárias do Estado e das hostilizações cotidianas. Por isso a perceptível apropriação de marquises, pontes, viadutos e demais lugares abandonados ou pouco frequentados, especialmente nos centros antigos e deteriorados das grandes cidades.

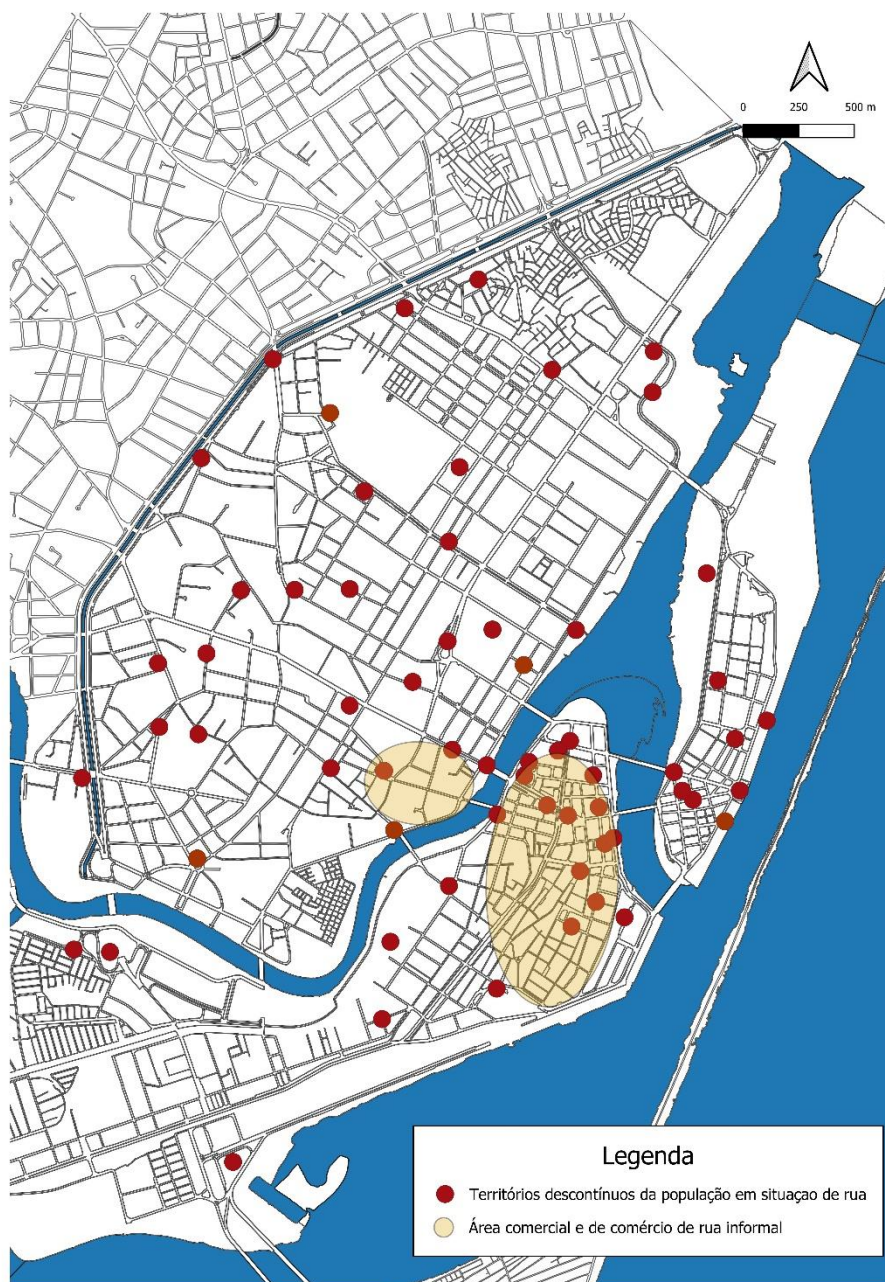
A vigilância social e a proximidade de equipamentos públicos da assistência social e da saúde, por outro lado, também foram apontados com critérios para a escolha das localidades a serem apropriadas para o descanso e para o trabalho, fato esse que indica ser o Estado a um só tempo um algoz e um redentor para essa população. De um lado, impõe a esse grupo um não-lugar na cidade, mediante ações discricionárias e higienistas da polícia e da zeladoria urbana. Em compensação, também os acolhe e promove cidadania através dos serviços socioassistenciais e de atendimento psicossocial. Neste sentido, toma concretude irrefutável a perspectiva segundo a qual o Estado possui uma mão direita e outra esquerda, sendo esta última responsável pela associação do interesse público com a lógica do cuidado e da proteção sociais (Bourdieu, 1998).

A presença de ações voluntárias de caridade, especialmente as que envolvem entrega de alimentos é também um outro critério para a localização dessas pessoas. Quase todas as noites, alguns grupos religiosos ou associação de moradores centralizam em certos logradouros da cidade (geralmente praças e viadutos das áreas centrais) o local para distribuição de alimentos e cuidado. Assim, antes mesmo que estes grupos retornem ao lugar para o trabalho de caridade, algumas pessoas em situação de rua já começam a se concentrar, territorializando o logradouro momentaneamente. Logo que o trabalho finaliza e os grupos de caridade se retiram, parte das pessoas em situação de rua se dispersam, muitas vezes em direção aos equipamentos de

acolhimento noturno da assistência social. E isso acontece quase todos os dias, acompanhando a dinâmica de atuação semanal das ações voluntárias de caridade.

Um último, mas importante critério para escolha das localidades é a presença de atividades terciárias, especialmente aquelas relacionadas ao comércio informal de alimentos e pequenas utilidades domésticas. Não por acaso, 38% da população em situação de rua do Recife se concentra na região central da cidade. É no centro onde hoje se desenvolve um comércio de rua intenso, que opera a partir de uma lógica notadamente informal, com o qual parte dessa população se integra e garante seu sustento, geralmente de forma intermitente, e sem ganhos suficientes para bancar uma saída das ruas. Quando não estão trabalhando no comércio, essas pessoas desenvolvem trabalhos pontuais de abastecimento, consertos gerais, catação de material para reciclagem, assim como lavagem e guarda de carros. A presença em locais de grande fluxo garante oportunidades, por isso essas pessoas também territorializam esquinas, calçadas, praças e marquises das áreas comerciais (Figura 4).

Figura 4: Territórios da população em situação de rua no centro do Recife



Elaboração: o autor, 2024

Nota: Note-se a proximidade dos territórios em relação às áreas mais dinâmicas do comércio no centro da cidade

As territorialidades exercidas pelas pessoas em situação de rua são de baixa definição, flexíveis e flutuantes. Entendê-las requer que levemos em conta uma articulação entre a concepção mais tradicional de território e a de rede, seguindo perspectiva chamada por Souza (1995) de “territórios ou territorialidades descontínuas”. O autor exemplifica sua concepção com as territorialidades das prostitutas e do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, mostrando que nos dois casos os territórios são instáveis e marcados por certa descontinuidade em termos de

extensão geográfica. Na figura 3, os pontos de concentração (nós) das pessoas em situação de rua interligados por ruas e avenidas (arcos) ilustram o que seriam os vários territórios descontínuos articulados, constituindo um território-rede. Todo o mapa da cidade figurando como o espaço sobre o qual se projetam as relações de apropriação, que se manifestam em pontos específicos, motivados pelos fatores que elencamos acima.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As territorialidades da população em situação de rua nas cidades brasileiras são provas irrefutáveis de que a disputa pelos espaços da cidade ocorre em todas as circunstâncias, independente das condições sociais, políticas e emocionais dos agentes. Até mesmo pessoas em alto grau de exclusão social e com recursos materiais exíguos são capazes de lançar mão de estratégias para apropriação dos espaços. No caso do Recife, os fatores que concorrem para o processo de territorialização dos espaços da cidade por parte das pessoas em situação e rua são: fuga das violências institucionais; proximidade dos equipamentos da assistência social e da saúde; dinâmica espaço-temporal das ações de caridade (especialmente distribuição de alimentos); e proximidade do comércio e dos fluxos socioespaciais urbanos.

Dentro do que pode ser lido a partir dos dados do projeto Censo Pop Rua Recife, e das reflexões sobre as territorialidades da população de rua, concluímos que a construção de informações e reflexões geográficas sobre esse grupo nas cidades brasileiras segue urgente e constitui uma frente a ser ocupada pelos geógrafos, que muito têm a contribuir. Esses trabalhos podem ajudar a compreender o fenômeno das pessoas em situação e rua em seus aspectos espaciais, dimensão que hoje tem se tornado cada vez mais reconhecida e estudada no campo das políticas sociais. Contudo, é sempre importante chamar a atenção para o fato de que a população em situação de rua corresponde a um objeto de estudo cuja compreensão exige a superação da lógica mais tradicional de pesquisa social e geográfica, uma vez exige a cartografar de lugares reais e de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Além do uso dos instrumentos de identificação e caracterização dessas pessoas no espaço, é também necessário ouvir as vidas vividas nas ruas, e a cidade real que esses corpos excluídos se apropriam, abandonando assim os gabinetes e varandas, em um esforço de humanização do trabalho científico.

6. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

MIRANDA, H. S; ANDRADE, J. A; FERNANDES, R. A. U; SANTOS, O. A. A. **População em situação de rua em números: relatório técnico do Censo Pop Rua Recife**. Recife: UFRPE, 2023a

MIRANDA, H. S; ANDRADE, J. A; FERNANDES, R. A. U; SANTOS, O. A. A. **Relatório Final: Censo da População em Situação de Rua da Cidade do Recife**. Recife: EDUFRPE, 2023b.

NATALINO, M. **Nota técnica Nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.